

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DA REFORMA PROTESTANTE

Vinícius de Souza Ribeiro¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns fatores que, de algum modo, influenciaram para o movimento de reforma da igreja no século XVI. Entende-se que os debates desenvolvidos pela escolástica, no final da Idade Média, estavam longe das necessidades dos leigos, além do mais, a concepção sinergista desse período, foi duramente criticada por alguns teólogos da época. O segundo, fator perpassa o que alguns estudiosos da história eclesiástica chamam de *crise moral*, o que fez os clérigos se envolverem nas questões *seculares*, deixando de lado suas atividades religiosas. A terceira questão diz respeito ao surgimento dos pré-reformadores e de movimentos populares de contestação à atuação da igreja. Em quarto lugar, procurar-se-á avaliar como as ideias do misticismo subjetivo fomentaram para uma religiosidade que concebesse a relação do cristão com a divindade como algo que não precisasse de algum elemento mediador, neste caso, o papa juntamente com o clero da igreja. O quinto ponto analisado trata-se da atuação dos biblicistas, sobretudo no resgate que fizeram dos clássicos gregos e dos pais da igreja e como isso contribuiu para que os estudos sobre os documentos da igreja se intensificassem, chegando a detectar a falsidade de alguns. Em sexto lugar, procurar-se-á compreender de que modo os conflitos entre o poder monárquico e o papal se agravaram; e, aliado a esta questão, a insatisfação da incipiente burguesia em relação aos impostos que deveriam ser pagos à cúria romana e às propriedades que detinham na Europa daquele período.

Palavras-chave: Escolástica. Sinergismo. Pré-reformadores. *Justificativo sola fide*.

ABSTRACT:

This study aims to analyze the factors that, in some way, influenced the movement to reform the church in the sixteenth century. It is understood that discussions developed by Scholastic in the late Middle Ages were far from the needs of the laity, moreover, the synergistic design of this period, was harshly criticized by some theologians of the time. The second factor goes through what some scholars call the ecclesiastical history of moral crisis, which caused the clergy to engage in secular matters, setting aside their religious activities. The third question concerns the emergence of pre-reformers and popular movements to challenge the actions of the church. Fourthly, it will seek to evaluate how the ideas of mysticism subjective religiosity promoted to conceive that the relationship with the Christian deity as something that did not need any mediating element, in this case the Pope together with the clergy of the church. The fifth point analyzed it is the action of Biblicists, especially in the rescue of the Greek classics that have made the parents and the church and how it contributed to studies on church documents to intensify, reaching detect the falsity of some. Sixthly, it will seek to understand how conflicts between the monarchical and papal power worsened and, allied to this, the dissatisfaction of the nascent bourgeoisie in relation to the taxes that would be paid to the Roman curia and properties they held in Europe in that period.

Keywords: Scholastic. Synergism. Pre-Reformers. *Justification sola fide*.

¹Acadêmico do curso de Teologia da Faculdade FAIFA, e do curso de Licenciatura Plena em História, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: vinyzz@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O advento da filosofia, conhecido como “o milagre grego”, não foi exatamente um milagre, nota-se que fatores culturais, políticos e até mesmo a própria mitologia, fomentou para que abordagens cada vez mais rigorosas fossem se formando. O movimento de reforma protestante também não foi fruto de um “milagre”, mas uma convergência de fatores teológicos, religiosos, políticos, econômicos e culturais que propiciaram o surgimento e sua adesão, sobretudo no território onde hoje é a Alemanha.

Os estudiosos Cairns (2008) e McGrath (2005) concordam que o movimento da Reforma foi uma tentativa da igreja ocidental de retornar aos padrões do Novo Testamento, reavaliando as questões morais, o sistema de crença e a estrutura da igreja; contudo, vale ressaltar a afirmação de Dreher (1996, p. 8) “de que essa redescoberta não foi alcançada em sentido pleno e que a *ecclesia reformata* segue sendo *ecclesia reformanda*”.

Para evitar anacronismos, deve-se esclarecer, também, o significado do termo “protestante” situando-o no tempo. Por conta da segunda Dieta de Speyer

, em fevereiro de 1529 “declarou-se que a fé católica romana era por lei a única fé” (CAIRNS, 2008, p. 266). Com essa decisão, seis príncipes que apoiavam Lutero, juntamente com catorze cidades alemãs leram um protesto que questionava a resolução que fora tomada. Doravante, por causa de seu “protesto” receberam o designativo de Protestantes. Sendo assim, de acordo com McGrath (2007, p. 178) “[...] não é estritamente correto aplicar a alcunha “protestante” a indivíduos antes de abril de 1529”.

1. A DECADÊNCIA DA TEOLOGIA ESCOLÁSTICA

A princípio, analisar-se-ão os fatores teológicos que convergiram para o estabelecimento da reforma, sendo o primeiro deles o formalismo que atingiu o pensamento escolástico no final da Idade Média. Segundo Martina:

A escolástica dos séculos XV e XVI estava bem distante da altura a que chegaram Tomás e Boaventura: Muitos escolásticos tinham caído num formalismo vazio, as discussões tinham se tornado uma ocasião para alardear a sutileza do próprio talento ao se demonstrarem as teses mais sutis e obscuras, distanciadas da realidade (MARTINA, 2008, p. 99).

O termo escolasticismo deriva “[...] da palavra grega *schole*, que significa lugar onde se aprende” (CAIRNS, 2008, p. 207). McGrath (2005, p. 70) aponta que esse vocábulo “[...] foi inventado por escritores humanistas que ansiavam por desacreditar o movimento por ele representado” e o define como sendo um “movimento medieval, surgido entre 1250-1500, que enfatizou a justificação racional da crença religiosa bem como a apresentação dessas crenças de forma sistemática”.

Embora seja de grande importância, o objetivo não é fazer uma análise acurada do escolasticismo, todavia, procurar-se-á delinear algumas características desse movimento que sejam mais importantes para este trabalho.

Apesar de a filosofia aristotélica ser uma das marcas do escolasticismo, Matos (2008), afirma que:

O escolasticismo foi um movimento diversificado em vários aspectos. Alguns pensadores adotaram perspectivas platônicas e agostinianas, abraçando uma visão negativa do mundo físico e da percepção sensorial; outros como Tomás de Aquino, tiveram uma atitude oposta, por influência da recém-descoberta filosofia de Aristóteles (MATOS, 2008, p. 108).

Gonzalez (1993, p. 132) demonstra que, “Anselmo foi um dos fundadores da ‘escolástica’. [...] Suas raízes estão em Anselmo. [...] Seu ponto culminante veio no século XIII”. Destacam-se também, Duns Scotus, Guilherme de Occam, Pedro Abelardo, Pedro Lombardo, João Fidanza, igualmente conhecido como Boaventura e São Tomás de Aquino, que, segundo Mondin (1979, p. 13) “[...] é universalmente considerado como o maior teólogo da época escolástica”.

O caráter decadente da escolástica, diz respeito ao fato de suas formulações teológicas estarem distantes da realidade popular. Para Martina (2008, p. 99), “muitos escolásticos tinham caído num formalismo vazio”, vindo a sofrer críticas de eruditos da época, tais como Bartolomeu Arnoldi, que chegou a afirmar “que o vinho da teologia tinha perdido seu sabor ao se misturar com a água da filosofia” (MARTINA, 2008, p. 100).

Debates cada vez mais distantes da realidade do povo eram desenvolvidos, por exemplo: “Deus poderia ter se tornado um pepino, em vez de homem? Ou poderia Deus desfazer o passado, por exemplo, fazendo com que uma prostituta se tornasse virgem?” (MACGRATH, 2005, p. 70). Esses exemplos são uma prova do quanto às discussões do final do período escolástico se tornaram inúteis triviais e desprovidas de relevância para a sociedade da época.

Observa-se que os escolásticos estavam dispostos a levar suas interpretações ao maior grau de criatividade possível, no entanto, a finalidade não é ridicularizar a tradição escolástica, entende-se que o escolasticismo gerou grandes teólogos e filósofos. Ao contrário, o objetivo deste escrito é demonstrar até que ponto chegou suas formulações, para que se possa, a partir de então, apresentá-los como se deu a reação do movimento de reforma.

O mais proeminente teólogo escolástico é caracterizado por Matos (2008, p. 118) como sendo um pensador enciclopédico que tratou de temas diversos. Ao lançar mão da filosofia de Aristóteles, Aquino procurou estabelecer uma ligação entre as teorias aristotélicas e as verdades cristãs. Para Aquino, o conhecimento natural não era um contraponto à revelação; no entanto, Matos (2008, p. 118) comenta que Aquino não concordava com a ideia de Aristóteles sobre *a eternidade do universo*. Além disso, Aquino traçou uma divisão da realidade que, na compreensão de Matos (2008) compõe-se em dois níveis independentes: a dimensão que diz respeito ao mundo sobrenatural, que é composto pela revelação especial, a fé e a salvação (reino superior). E o outro ponto, trata-se das coisas naturais em que a razão possui o seu grau de ação e capacidade (reino inferior). Para Matos (2008, p. 119), além de esse ser o “[...] fundamento da teologia natural tomista [...] Tratava-se de uma inovação polêmica, pois os escolásticos anteriores e os pais da Igreja nunca haviam feito tal diferenciação”.

Ao verificar a ênfase que Aquino deu à autonomia da razão humana, talvez seja possível pressupor que o seu pensamento soteriológico concebesse que o homem possuía em si, plena capacidade para salvar-se; todavia, Matos explica que:

A soteriologia de Aquino se insere no contexto mais amplo da providência de Deus e da predestinação, doutrinas nas quais ele seguiu de perto Agostinho. [...] Para Aquino, como para Agostinho, o livre-arbítrio equivale a fazer o que se deseja (livre agência) [...] A salvação é uma dádiva exclusiva de Deus e não pode ser conquistada pelo mérito humano. Até mesmo a fé é uma dádiva divina. Portanto, como o bispo de Hipona, Aquino adotou uma postura monergista. Todavia, no final da Idade Média a maioria dos católicos romanos adotou o sinergismo, contra o qual o reformador Marinho Lutero se insurgiria (MATOS, 2008, p. 121).

A ênfase na participação humana na obtenção da salvação e da graça divina, através do livre-arbítrio, pode ser encontrada nas ideias propostas pelos nominalistas. Esse movimento, também é conhecido pelo termo via moderna e/ou “caminho moderno”, tendo suas concepções bastante difundidas entre os séculos, XIV e XV em diversas universidades europeias,

principalmente em Paris, Heidelberg e Erfurt. McGrath (2005, p. 72), indica que importantes nomes da teologia escolástica fizeram parte desse grupo, tais como Guilherme de Occam e Gabriel Biel.

Conforme McGrath (2007, p. 169), “[...] alguns teólogos ‘nominalistas’ pareciam bastante otimistas quanto às capacidades humanas, sugerindo que era possível ao ser humano tomar todos os passos necessários para ingressar num relacionamento com Deus”. Embora tivessem alguns nominalistas que divergissem das concepções que enalteciam a autonomia humana, McGrath (2005, p. 71) destaca que, as ideias voltadas para o sinergismo foram predominantes no escolasticismo tardio, que vai de 1350 a 1500.

Por causa da ênfase que os teólogos da via moderna davam às obras humanas, McGrath (2007, p. 171), afirma que sofreram dura oposição de Bradwardine, em sua obra “O pleito de Deus contra Pelágio” e, posteriormente, por Martim Lutero. A doutrina da salvação, de acordo com os proponentes da via moderna, na concepção de McGrath, é baseada na ideia de aliança entre o rei e seu povo:

Assim como uma aliança política entre um rei e o seu povo definia as obrigações do rei para com o povo, e vice-versa, também uma aliança religiosa entre Deus e seu povo definia as obrigações de Deus para com seu povo, e vice-versa (MACGRATH, 2007, p. 169).

Sendo assim, de acordo com os nominalistas, o indivíduo possuía plena capacidade de cumprir com as exigências estabelecidas pelo próprio Deus. Só assim poder-se-ia chegar à justificação. Ou seja, era tarefa do penitente *face quod in se est*, literalmente, fazer o que está dentro de si ou fazer o seu melhor. Nota-se que há um otimismo em relação à capacidade humana de “ir até Deus”.

É possível observar que, no período da baixa idade média, a teologia cristã estava impregnada de uma concepção sinergista, e um dos pontos que mais gerou controvérsias foi a questão das indulgências. Neste ponto, não será analisada a crítica de Lutero ao sistema de indulgências, mas como se deu o surgimento desta teologia e a forma que ela era difundida na baixa idade média.

De acordo com Walker (2006, p. 406), o sistema de indulgências foi usado pela primeira vez pelo papa Urbano II em 1095. Esta data remonta à Primeira Cruzada, em que Urbano II prometera

indulgência completa a todos aqueles que participassem da empreitada. Doravante, Walker (2006, p. 406) indica que, “[...] uma vez iniciado, o sistema disseminou-se com grande rapidez”.

As penas requeridas variavam, iam desde “[...] peregrinações aos lugares santos ou em épocas especiais, e contribuições a uma boa obra, tal como a construção de uma igreja ou mesmo uma ponte ou estrada” (WALKER, 2006, p. 406). Deste modo, a cúria romana viu que esta, se tratava de uma boa possibilidade para arrecadar recursos para o patrimônio da igreja e, foi justamente a concessão de indulgências, um dos meios pelos quais a igreja acumulava bens, sendo, no tempo de Lutero, um dos instrumentos utilizados para levantar recursos para a construção da basílica de São Pedro.

No entendimento de Walker (2006, p. 406), a interpretação clássica em torno das indulgências é originalmente fornecida por Tomas de Aquino, seguindo de perto, as concepções de Alexandre de Hales.

Tal compreensão pode ser averiguada na seguinte exposição:

Os méritos superabundantes de Cristo e dos santos constituem um tesouro de boas obras, parte do qual pode ser transferida para o pecador necessitado mediante a autoridade da igreja na pessoa do papa (que pode, se desejar, partilhar sua autoridade com os bispos). Uma indulgência, na verdade, somente pode estar disponível àqueles que estejam verdadeiramente contritos, e para tais ela remove, no todo ou em parte, as penas temporais na terra e no purgatório (WALKER, 2006, p. 406-407).

A partir de então, Walker (2006, p. 407) aponta que, as indulgências não eram uma autorização para cometer pecados, mas funcionavam como uma espécie de “[...] remissão das penas corretamente devidas por causa de pecados já cometidos, arrependidos e perdoados”. No entanto, os leigos não eram ensinados sobre a diferença entre penas temporais e perdão de pecados, aproveitando da ignorância que atingira a cristandade. Walker (2006, p. 407), afirma que, “[...] os prelados da igreja usavam o sistema de indulgências rotineiramente como uma solução parcial de seus prementes problemas fiscais”.

Conforme é possível perceber, não foi a compreensão em si, que provocou as controvérsias, mas os abusos cometidos por cada “pregador de indulgência”. Estes tinham a liberdade de usar seus próprios métodos, e o indivíduo comissionado para fazer as arrecadações em Wittenberg, fora justamente João Tetzel (1470 – 1519), que é caracterizado por Walker (2006, p. 497) como: “[...] um eloquente monge dominicano, que, desejando os maiores resultados possíveis, descrevia os

benefícios das indulgências nos termos mais grosseiros”. Gonzalez apresenta um exemplo da forma persuasiva como as indulgências eram oferecidas:

Tetzel e seus subalternos proclamavam que a indulgência que vendiam deixava o pecador ‘mais limpo do que saíra do batismo’, ou ‘mais limpo do que Adão antes de cair’, que ‘a cruz do vendedor de indulgências tinha tanto poder como a cruz de Cristo’ (GONZALEZ, 1995, p. 53).

Tendo em vista os excessos cometidos por Tetzel e seu grupo, na venda de indulgências, Lutero formula suas *Noventa e Cinco Teses* e, em 31 de outubro de 1517, envia cópias para o arcebispo Alberto de Mainz e para o bispo Jerônimo de Brandenburgo, em, cuja jurisdição, estava Wittenberg. Ademais, Walker (2006, p. 497) afirma que, é “[...] bastante provável que Lutero tenha afixado suas ‘Noventa e Cinco Teses’ na porta da igreja do castelo de Wittenberg, que era utilizada como um mural para divulgar os boletins da faculdade”. Deste modo, a data de 31 de outubro de 1517 é emblemática justamente por ser caracterizada como sendo o início da reforma protestante (GONZALEZ, 1995, p. 54).

2. CRISE MORAL DO CLERO

Os fatores de ordem *moral*, segundo Martina (2008), não foi o principal motivo que fez com que se desencadeasse a *revolução protestante*. Além disso, aponta que a decadência moral na Alemanha era pelo menos igual ou mais grave que na Itália. Observa-se também que, o alto clero, oriundo da nobreza, vivia uma vida luxuosa e desregrada, em que raramente celebravam a missa (Hermann von Wied, bispo de Colônia, teria celebrado a missa por três vezes, durante toda sua vida), além de acumularem para si vários benefícios (MARTINA, 2008, p. 105).

No entanto, Cairns sustenta que o declínio da cristandade não se limitou a uma localidade, e assevera que:

Entre 1309 e 1439, a Igreja Romana desceu a um ponto muito baixo no conceito dos leigos. A organização hierárquica, com suas exigências de celibato, obediência absoluta ao papa, e a feudalização da Igreja Romana provocaram um declínio na moral e na moralidade dos clérigos (CAIRNS, 2008, p. 219).

Outras questões que também podem ser elencadas, diz respeito aos impostos cobrados pela cúria romana e os subornos que aconteciam.

De acordo com a lei canônica, era proibido o casamento entre parentes, entretanto, “[...] era possível alguém conseguir, mediante dinheiro, uma dispensa para se casar com parente” (CAIRNS, 2008, p. 254); e, por mais que as regras da igreja exigissem do sacerdote o celibato, “[...] muitos [...] mantinham concubinas” (CAIRNS, 2008, p. 254).

Os impostos, cobrados com a finalidade de sustentar duas cortes papais, devido Clemente V ter mudado a sede do papado para Avignon em 1309, eram exigidos da seguinte forma: “[...] dos dízimos, pagos pelos fiéis, das anatas, que era o pagamento do primeiro salário do ano pago ao papa pelos fiéis” (CAIRNS, 2008, p. 221). Além disso, o papado tinha o direito de espólio, em que a “[...] propriedade pessoal do alto clero era passada ao papa depois de sua morte” (CAIRNS, 2008, p. 221). Este fato causou grande inquietação, sobretudo entre os ingleses, que tinham que enviar dinheiro aos rivais franceses, devido à residência do papa estar em local dominado pelo rei francês.

3. PRÉ-REFORMADORES E OS MOVIMENTOS POPULARES

O grupo conhecido como *pré-reformadores*, também desenvolveu uma atividade bastante intensa de contestação à religião dominante; no entanto, Martina (2008) comenta que, Wycliff, Hus e Wessel;

Não exerceram nenhuma influência direta sobre Lutero: não se pode, porém, subestimar o fato de que quase todas as teses defendidas mais tarde por Lutero, ao menos em eclesiologia, já tinham sido expostas, nos séculos XIV e XV (MARTINA, 2008, p. 101).

As ideias de Wycliff podem ser sintetizadas nos seguintes pontos: as Escrituras como única regra de fé; que somente os predestinados são membros da Igreja, sendo esta um órgão invisível. Também negou as doutrinas do livre-arbítrio, da transubstanciação e do primado romano.

Wycliff exerceu grande influência sobre os *loldos*, também conhecidos como *pregadores pobres*. Para Gonzalez (1995, p. 89), “[...] os principais *loldos* eram pessoas que tinham estudado em Oxford, com Wycliff” e que, conseqüentemente, foram os propagadores de suas formulações.

Entrementes, enquanto Wycliff labutava na Inglaterra, João Huss enfrentava as autoridades eclesiásticas da Boêmia, que na época, estavam ligadas ao Império Alemão. Embora fosse um indivíduo de temperamento mais gentil que Wycliff, as ideias de Huss procuraram combater o papado indigno e a simonia que havia no clero. Contudo, Gonzalez (1995, p. 96) indica que, “[...]”

ao mesmo tempo em que pregava contra os abusos que havia na igreja, Huss continuava sustentando as doutrinas geralmente aceitas”.

Somam-se a esses dois, o holandês João Wessel que, “[...] rejeitava o valor da tradição apostólica, as indulgências e a autoridade do papa” (MARTINA, 2008, p.102); e, também, o florentino Gerônimo Savonarola, que de acordo com Cairns (2008, p. 228), “[...] procurou reformar o Estado e a Igreja [...] mas sua pregação contra a vida desregrada do papa provocou sua morte por enforcamento”.

Percebe-se também, o surgimento de movimentos de contestação ligados ao público indouto. Para Gonzalez (1995, p. 110), “eram quase totalmente pessoas [...] que não sabiam escrever [...], muitos destes movimentos eram de caráter apocalíptico”. Verifica-se que desde 1215 vestígios de movimentos desta envergadura podem ser encontrados; porém, Gonzalez (1995, p. 111) afirma que, “[...] agora, nos séculos XIV e XV, a tendência que se manifestara em 1215 chegou ao seu ponto culminante”.

Dentre os movimentos populares, estão os flagelantes, que tiveram crescimento significativo no século XIV. Basicamente, suas práticas abrangiam penitência por seus pecados, o que os levavam a se castigarem, chicoteando, assim, seus próprios corpos. No entanto, com o passar do tempo, a cúria romana condenou suas práticas. Gonzalez (1995) apresenta os motivos que fizeram com que o clero romano reprovasse este movimento:

Os flagelantes ofereciam um caminho de salvação dissociado dos sacramentos da igreja. Se sua flagelação constituía uma penitência, como eles diziam, isto implicava em que era possível uma penitência válida à parte da confissão ao sacerdote. Além disto, alguns começaram a se referir à flagelação como um ‘segundo batismo’ (GONZALEZ, 1995, p.117).

Os taboritas, outra vertente dos movimentos populares, além de possuírem características milenaristas, eram um grupo de contestação social. Tal movimento era majoritariamente composto por indivíduos de classes mais pobres, que hostilizavam os ricos e poderosos (estes eram os “pecadores” condenados por eles).

Embora não se saiba ao certo até que ponto esses movimentos tenham exercido alguma influência para o surgimento do movimento de reforma, o que se sabe é que, “[...] os últimos anos da Idade Média foram caracterizados por um grande descontentamento popular, que combinava

causas sociais com motivos religiosos” (GONZALEZ, 1995, p. 120). Provavelmente, a indignação dos populares diante de um cenário opressor que se apropriava de um discurso religioso para legitimar suas injustiças, contribuiu para que a reforma fosse vista com bons olhos pelas camadas marginalizadas.

4. A SUBJETIVIDADE MÍSTICA

O florescimento das tendências místicas no período do século XV é caracterizado por dois pontos: em primeiro lugar, nota-se o surgimento de uma devoção subjetiva; e, em segundo, caracteriza-se como uma espécie de “[...] reação à aridez, da escolástica daquele tempo” (MARTINA, 2008, p. 102). Observa-se que, essa expressão religiosa, atendia aos anseios de uma piedade popular, que procurava estabelecer uma devoção de caráter contemplativo de serviço para com o mundo e, enfim, que fosse livre do formalismo escolástico.

Os principais nomes do misticismo listados por Martina (2008), Gonzalez (1995), Dreher (1994) e Walker (2006), são: João Eckarht, João Tauler, Henrique Suso e João Ruysbroeck. Contudo, destacar-se-ão as figuras de Eckarht, que concebia uma religiosidade subjetiva, em que “[...] o piedoso não necessita da intermediação da instituição igreja para achegar-se e unir-se a Jesus [...] Na mística encontra-se a resposta a todas as perguntas” (DREHER, 1994, p. 1994). E, em segundo, Tauler, que para Martina (2008, p. 103) foi o que exerceu maior influência sobre Lutero, sobretudo no que tange à concepção do monge em relação à “[...] imensa confiança na misericórdia divina [...] e o desprezo pelas próprias ações”.

5. BIBLICISTAS

O *movimento* denominado por Martina (2008) de evangelismo e biblicismo, por Tillich (2007); na compreensão deste teólogo (2007, p.147), trata-se de uma “[...] atitude além do escolasticismo e do misticismo” (TILLICH, 2007, p. 147). Podendo ser definido como sendo uma tentativa de utilizar a Bíblia para embasar o cristianismo prático, principalmente entre os leigos. Martina (2008, p. 104) destaca que esse *movimento* encontrou vários adeptos, “[...] entre as classes cultas e em especial nos círculos humanistas”. Dentre os principais nomes, destaca-se o holandês

Erasmus de Rotterdam, que propôs um cristianismo livre de protocolos e dogmatismos, “[...] centrado na imitação de Cristo e no deslocamento das coisas sensíveis, visíveis, para realidades inteligíveis e invisíveis” (WALKER, 2006, p. 482).

Esta tendência que se desenvolveu no final da Idade Média, também conhecida como humanismo, se destaca pelo resgate que fizeram da leitura dos clássicos gregos e da literatura patrística. Tal resgate culminou na intensificação de estudos voltados à análise de documentos. Dentre os estudiosos desse ramo, Lourenço de Valla (1406-1457), que era gramático e filólogo, desferiu um duro golpe contra a tradição religiosa da época, ao constatar que:

A doação de Constantino como uma falsificação do oitavo século, para demonstrar que os escritos atribuídos a Dionísio Areopagita eram espúrios, e para negar que o Credo Apostólico havia sido realmente composto pelos apóstolos. Ele também lançou os fundamentos dos estudos textuais do Novo Testamento (WALKER, 2006, p. 462).

Todavia, é com Erasmo que se tem um maior impacto principalmente em Lutero. Erasmo, quando jovem, estudou com os Irmãos da Vida Comum; e, segundo Gonzalez (1995, p. 153), seu anseio por uma religiosidade mais simples é uma influência direta desse grupo. Erasmo também possuía grande domínio da língua grega, que se desenvolveu a partir de 1500, quando ele se lançou a um estudo intenso da Bíblia e dos pais da igreja, vindo a produzir uma edição grega do Novo Testamento, que, inclusive fora utilizada por Lutero.

Para Erasmo, as crenças da cristandade de seu tempo estavam imiscuídas de superstições. O clero estava eivado de corrupção e as formulações teológicas foram arruinadas por diálogos infrutíferos. Na compreensão de Walker (2006, p. 482), Erasmo “[...] colocou o conhecimento acadêmico sobre o cristianismo primitivo em um novo plano e assim auxiliou profundamente a Reforma”; chegando a concordar com o pensamento de Lutero em vários pontos, principalmente no que diz respeito a “[...] sua preferência educacional pela Bíblia e pelos pais da igreja em detrimento dos doutores escolásticos e em cultivo das línguas bíblicas e clássicas” (WALKER, 2006, p. 483). Embora Erasmo tenha sido seduzido pelos partidários da Reforma e pelos católicos, não apoiou nenhuma das partes e, conforme relata Gonzalez (1995, p. 155), “[...] do seu escritório ele continuou pedindo moderação, uma reforma de estilo humanista, e a volta às virtudes dos estoicos e platônicos de antigamente”.

6. AS POSSÍVEIS CAUSAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Nota-se que grande parte dos acontecimentos que convergiram para o surgimento da reforma, são elementos ligados às questões religiosas e teológicas; contudo, deve-se levar em consideração os fatores de âmbito *secular*. Por se tratar de uma análise que priorize as causas teológicas e religiosas, entende-se que os acontecimentos de ordem política e econômica não sejam os motivos imediatos da reforma; todavia, ver-se-á que tais fatores desempenharam um papel crucial no estabelecimento, na adesão e na consolidação do movimento de reforma.

Em relação ao fator político, vê-se que o surgimento das nações-estados se configurou numa forte oposição ao poder eclesiástico, desenvolvido pela Igreja de Roma. As classes mais abastadas da época eram as mais insatisfeitas. Cairns (2008, p. 242) indica que, de um lado, as “[...] poderosas classes médias se mostraram insatisfeitas com o envio de dinheiro do tesouro estatal ou de seus próprios bolsos para o tesouro papal”; e, por outro lado, há o descontentamento dos monarcas que não viam com bons olhos a divisão de sua soberania, que, segundo Cairns (2008, p. 242), “[...] levava seus súditos a prestar obediência tanto ao papa quanto a eles”. Contudo, deve-se destacar que, os locais onde foram estabelecidas as nações-estados, tais como: Inglaterra, França e Espanha, não houve uma extinção da atuação do clero, mas, certa resistência ao domínio papal, que, culminou no surgimento de igrejas territoriais, fato este que causou tensão entre o poder monárquico e papal.

O local onde hoje é conhecido como sendo a Alemanha, possuía um cenário político fragmentado, segundo Dreher (1996, p. 9), “[...] ali existia uma infinidade de centros regionais de poder, todos subordinados ao poder imperial”. Todavia, o que gerou no povo alemão um marcante sentimento anti-romano, foi justamente a dominação que a cúria romana exercia sobre seu território, Walker afirma que:

O poder temporal da igreja romana continuava mais formidável na Alemanha do que em qualquer outro lugar da Europa, uma vez que mais de um quinto do país estava sob o controle dos poderosos príncipes-bispos, e as ordens monásticas também eram grandes latifundiárias (WALKER, 2006, p. 475).

Os alemães viram que a grande quantidade de terras que a cúria romana possuía em seu território, se convertia em prejuízo para sua economia. Deste modo, Cairns (2008, p. 254) considera que, “[...] a tentativa papal de tirar mais dinheiro da Alemanha no século XVI aborreceu profundamente a classe média emergente em estados como a Saxônia”; a ponto de Lutero afirmar

que, “os alemães estavam cansados de suportar os roubos [...] dos vagabundos romanos” (MARTINA, 2008, p. 110).

7. O ADVENTO DO MOVIMENTO DE REFORMA

Os fatores avaliados neste trabalho têm o objetivo de proporcionar uma visão dos acontecimentos que concorreram para o surgimento da reforma. Ou seja, para que se perceba que a reforma não se tratou somente de questões teológicas, religiosas, ou até mesmo para que o surgimento do *movimento* não seja entendido como algo milagroso, encarando a figura de Lutero como sendo portadora de uma nova revelação, desprovida de qualquer conexão com a teologia, religiosidade e cultura de sua época. Tillich afirma que Lutero:

Não apenas ensinou doutrinas diferentes; outros já o haviam feito, como Wycliff. Mas nenhum dos que protestaram contra o sistema romano havia conseguido romper com ele. O único homem que conseguiu realmente essa ruptura, e com ela transformou a face da terra, foi Lutero (TILLICH, 2007, p. 227).

Com efeito, Dreher (1996) e Gonzalez (1995) apontam que o pensamento do frei Martin Lutero passou por um processo de *amadurecimento*; e visualizam o período deste *avanço* entre agosto de 1513 até 1519, em que Lutero interpreta e leciona sobre os Salmos, Romanos, Gálatas e Hebreus. No entanto, nesse interim, destacam-se dois acontecimentos que marcaram o início das atividades de Lutero: “as 95 teses de 1517 e a experiência da descoberta da justificação por graça e fé” (DREHER, 1996, p. 26). Para Gonzalez (1996, p. 54), “[...] Lutero deu a conhecer suas teses na véspera da festa de Todos os Santos, e seu impacto foi tal que frequentemente se marca esta data, 31 de outubro de 1517, como o começo da reforma protestante”.

A partir de então, as atividades de Lutero se intensificaram, em 1520, elabora três obras que tiveram grande circulação em território alemão: A liberdade do Cristão; O cativoiro babilônico da Igreja; e Apelo à nobreza cristã da nação alemã.

Apesar de não ser considerado um teólogo sistemático, tal como João Calvino, nessas publicações, a teologia de Lutero vai tomando forma, e, embora tenha produzido uma vasta quantidade de escritos, suas abordagens teológicas podem ser percebidas nos seguintes pontos: o primeiro deles é o *sola Scriptura*. Para Lutero (e os demais reformadores), a Escritura possui “[...] todas as verdades reveladas por Deus, como se interpreta a si mesma [...] é em si suficiente para,

sozinha, dar à Igreja a certeza sobre todas as verdades reveladas” (MARTINA, 2008, p. 126); e, em segundo lugar, a *justificatio sola fide*. Para Lutero:

A justiça de Deus passou a ser a justiça com a qual Deus se compadece do ser humano pecador e o presenteia com sua justiça. Os pecadores apropriam-se pela fé. Não por intermédio de boas obras, tais como indulgências e satisfação, pois Deus não se compadece de justos, mas de injustos, de pecadores que crêem. (DREHER, 1996, p. 42)

Vê-se que a ideia sobre a justificação é um dos pontos centrais na teologia de Martin Lutero; contudo, McGrath (2005, p. 520-521) ressalta que, o conceito de fé, para Lutero, abrange três considerações:

Uma fé que se contenta em sustentar a credibilidade histórica dos evangelhos não é uma fé que justifica; [...] a fé não significa crer que algo é verdade, é estar preparado para agir de acordo com essa crença depositando nela sua confiança; em terceiro lugar, a fé une o cristão a Cristo. [...] torna Cristo e seus favores acessíveis ao cristão.

Nessas considerações, observa-se que, na concepção de Lutero, a fé não é uma atitude humana; mas trata-se de uma dádiva de Deus e que a doutrina da justificação implica no fato de que Deus faz tudo o que é necessário para a salvação, satisfazendo, assim, os pré-requisitos para a justificação.

Apesar de haver concentrado nas atividades de Lutero, o movimento de reforma não se concentrou somente em torno de sua personalidade. Além da Reforma Luterana, pode-se avistar o surgimento de, pelos menos, mais dois movimentos: a Reforma Calvinista, que se desenvolveu em Zurique, Berna, Basileia e Genebra, cujos responsáveis são: João Calvino, Ulrico Zuínglio e seu sucessor Heinrich Bullinger. E uma terceira ala, conhecida como A Reforma Radical (anabatista) ligada a Conrad Grebel. Sendo assim, exceto na região da península ibérica, que se manteve fiel a Roma, o movimento de reforma se propagou por todas as demais localidades do continente Europeu, e, mediante intensas lutas, conseguiu se consolidar no cenário da religião cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que a insatisfação de alguns grupos com os rumos que a religião cristã havia tomado, sobretudo no período da baixa idade média, contribuiu para um processo de tentativas de reforma na

igreja; no entanto, observa-se que os denominados pré-reformadores não conseguiram executar a tão sonhada reforma, e que nem mesmo os reformadores do século XVI efetuaram-na por completo.

Deste modo, entende-se que a análise dos fatores aqui brevemente citados, ajuda a compreender o complexo processo que desencadeou o movimento conhecido, nos dias atuais, por Reforma Protestante e/ou como as atividades de Martim Lutero e dos demais reformadores que, foram determinantes para o desenvolvimento deste movimento multifacetado e que exerceu profundas mudanças, sobretudo na sociedade ocidental.

REFERÊNCIAS

CAIRNS, Earle Edwin. *O Cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

DREHER, Martin N. *A Igreja no Mundo Medieval*. 6. ed. vol. 2. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

_____. *A crise e a renovação da igreja no período da Reforma*. 4. ed. vol.3. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

GONZALEZ, Justo L. *A era dos altos ideais*. 2. ed. vol.4. São Paulo: Vida Nova, 1993.

_____. *A era dos reformadores*. vol.6. São Paulo: Vida Nova, 1995.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. *Fundamentos da teologia histórica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia cristã*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

_____. *Teologia histórica*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2007.

MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século vinte*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão*. 4. ed. São Paulo: ASTE, 2007.

WALKER, Wiliston. *História da Igreja Cristã*. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2006.